

MENSAGEM Nº 23/2018

Senhor Presidente,

Senhora Vereadora,

Senhores Vereadores,

Tenho a satisfação de encaminhar o Projeto de Lei nº 23 de 12 de março de 2018, que **“Autoriza o Poder Executivo doar o imóvel urbano sem benfeitorias que menciona, com dispensa de licitação face ao interesse público e social, e dá outras providências.”**

O déficit habitacional sempre foi, e continua sendo, um dos maiores problemas enfrentados pelo governo municipal. A população, desprovida de recursos para aquisição de moradia digna, é impelida a morar em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, afastadas dos centros urbanos e carentes de infraestrutura, que trazem o valor da terra compatível com a capacidade de pagamento desse público.

Todos sabem o quanto é importante e necessário morar bem, viver bem e, de preferência, morar na própria casa.

Em termos sociais, destaca-se que, em seu artigo 6º, a Constituição Federal consagra o Direito à Moradia, afirmando que: Por moradia digna compreende-se aquela que dispõe de instalações sanitárias adequadas, que garanta as condições de habitabilidade, e que seja atendida por serviços públicos essenciais, entre eles: água, esgoto, energia elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação e transporte coletivo, com acesso aos equipamentos sociais básicos. (CF, 1988, art. 6º)

O Município de Iturama, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, tem interesse de promover a redução do déficit habitacional. Diante da situação, tem-se buscando proporcionar apoio através de programas que beneficiem famílias, para que tenham sua casa própria.

O esforço de diminuir o déficit, ou seja, a falta de moradia é uma causa que todos devem alcançar. Assim, é imperioso a aprovação do presente Projeto de Lei.

Expostas, assim, razões de minha iniciativa, submeto o assunto a essa Casa de Leis, contando com a aprovação da matéria em pauta, em caráter de urgência.

Iturama-MG, 12 de março de 2018.

ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama/MG.

Prefeitura Municipal de Iturama

PROJETO DE LEI Nº 23, DE 12 DE MARÇO DE 2018.

“Autoriza o Poder Executivo doar o imóvel urbano sem benfeitorias que menciona, com dispensa de licitação face ao interesse público e social, e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso I, do artigo 69, combinado com o artigo 111, ambos da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Renato Silva, portador do RG nº MG-15.766.854, e inscrito no CPF nº 051.757.096-31, **01 (um)** imóvel urbano sem benfeitorias, formado pelo Lote 30 da Quadra 11, registrado perante o Serviço Registral de Imóveis sob a matrícula nº. **39.385**, localizado no Bairro Residencial Bella Vista, nesta cidade de Iturama/MG, com medidas e confrontações conforme memorial descritivo e croqui anexos, os quais fazem parte desta Lei.

§1º O imóvel de que trata o *caput* foi avaliado pela Comissão nomeada pela Portaria nº 14, de 28 de março de 2017, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), conforme Laudo de Avaliação em anexo, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

Art. 2º O donatário deverá iniciar a construção no imóvel no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da imissão na posse, e terminá-la no mesmo prazo subsequente.

Art. 3º Fica designada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social a responsabilidade pela fiscalização do cumprimento das obrigações dispostas nesta Lei.

Art. 4º Da escritura pública de doação constará que o pagamento de eventuais indenizações das benfeitorias executadas pela Donatária, em caso de reversão ao patrimônio do município, será realizada em parcelas iguais e sucessivas, cuja avaliação do valor econômico será feito por empresa de auditoria independente escolhida de comum acordo pelas partes.

Art. 5º Fica autorizada a alienação fiduciária, do imóvel urbano doado pelo Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, em favor de instituição financeira que opere com o SFI (Sistema de Financiamento Imobiliário) e/ou SFH (Sistema Financeiro de Habitação) nos termos das Leis Federais nº 4.380 de 21.08.64, Lei 5.741 de 01.12.71, Lei 8.004 de 14.03.90 e Decreto-Lei 70 de 21.11.66 e de conformidade com a Lei Federal nº 9.514/97, para a garantia de empréstimos ou financiamentos para construção ou ampliação de construções no terreno doado, podendo ser ou não no âmbito dos programas CCFGTS e MCMV, na forma da Lei 11977/09.

Parágrafo único. Fica autorizada também a Donatária a oferecer o imóvel em garantia hipotecária para fins de financiamento para construção residencial no mesmo, hipótese em que as cláusulas de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em 2º grau em favor do doador, nos termos do §5º, do Art.17, da Lei nº 8.666/93.

Art. 6º As despesas relativas à lavratura e registro da escritura pública de doação do imóvel mencionado no Artigo 1º desta Lei, bem como eventuais despesas referentes a tributos, serão de exclusiva responsabilidade da Donatária.

Art. 7º Em razão da doação fica o setor de contabilidade do Município de Iturama, autorizado a promover as alterações no balanço patrimonial deste, devendo informá-las ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação para oferecer parecer.

Sala das Sessões, 02/04/2018

Presidente da Câmara

Iturama-MG, 12 de março de 2018

ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA

Prefeito do Município de Iturama/MG.

A Comissão de Orçamento e tomada de contas para oferecer parecer
Sala das Sessões, 02/04/2018
Presidente da Câmara

Aprovado em três discussão

Por unanimidade

Sala das Sessões em 02/04/2018

O Presidente

A Sanção

Sala das Sessões em 02/04/2018

O Presidente

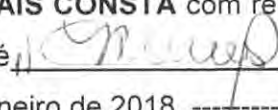
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COMARCA DE ITURAMA
ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS
Rua Ribeirão São Domingos, n. 653.
Telefone (0XX) 34 3411-2046
CNPJ/MF n. 20.039.525/0001-48
ri.iturama@hotmail.com



CERTIDÃO

C E R T I F I C O, atendendo ao pedido de parte interessada, que vendo e revendo nesta serventia, todos os livros e demais papéis atinentes a REGISTROS sob o meu poder e guarda, deles verifiquei que em nome de **RENATO SILVA**, inscrito no CPF/MF sob n. 051.757.096-31, **NÃO CONSTA** nenhuma Transcrição das Transmissões ou Registro em Matrículas, por ficha no Livro R.G.2, deste S.R.I., em que o mesmo figure como **PROPRIETÁRIO**, nesta cidade e Comarca de Iturama – MG. **NADA MAIS CONSTA** com relação ao pedido feito, até a presente data. Todo o referido é verdade e Dou Fé.  Virma Morimotta Assis dos Santos, oficial registradora. Iturama - MG, 08 de janeiro de 2018.

Nayara Assunção Gimenes
Escrivente

SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS

Rua Ribeirão São Domingos, 653
Virma Morimotta Assis dos Santos
Oficial
CEP 38280-000 - ITURAMA - Minas Gerais

REGISTRO DE IMÓVEIS FILIADO AO COR-MG

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORRIGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Ofício de Registro de Imóveis de Iturama
Número ordinal do ofício 03440401-27

Selo Eletrônico Nº BUI47409
Cód. Seg.: 7454887577539288

Quantidade de Atos Praticados: 1
Emol: R\$28,13 Rec.: R\$1,69 Tx Fisc: R\$ 6,02 Total: R\$35,84
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

COR-MG COR-MG COR-MG COR-MG

EL BRAIGO

IMÓVEL:- Em cumprimento à prenotação datada de 29 de julho de 2015, protocolada sob n. 126.281. Um terreno urbano, situado nesta cidade e Comarca de ITURAMA-MG, no **BAIRRO RESIDENCIAL BELLA VISTA**, formado pelo **Lote 30**, da **Quadra 11**, com área de **180,00m²**, sem benfeitorias, dentro das seguintes medidas e confrontações: "Medindo 9,00 metros de frente confrontando com a Avenida D, pelo lado direito com 20,00 metros confrontando com o lote 29, pelo fundo medindo 9,00 metros confrontando com o lote 11 e pelo lado esquerdo medindo 20,00 metros com o lote 31". **REGISTRO ANTERIOR:-** Matrícula n. **38.859**, por ficha no Livro R.G.2, deste S.R.I., de 28 de julho de 2015. **PROPRIETÁRIA:-** **SANTA ROSA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, com sede e domicílio nesta cidade, na Avenida Seis Irmãos, 1.707, sala 1, centro, inscrita no CNPJ/MF sob n. 18.335.717/0001-50, com contrato de Constituição devidamente registrado na JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob n. 3120986997-1, em 19/06/2013. Dou Fé *[assinatura]* /Virma Morimotta Assis dos Santos, oficial registradora. Emol: R\$16,32 TFJ: R\$5,13 Total: R\$21,45.....j

AV.1/39.385:- Feita em 28 de agosto de 2015, nos termos do processo de loteamento, devidamente arquivado nesta Serventia, consta que o imóvel da presente matrícula **não poderá ser desdobrado**. Dou Fé *[assinatura]* /Virma Morimotta Assis dos Santos, oficial registradora.....j

CERTIDÃO

CERTIFICO, e dou fé que a presente cópia é reprodução autêntica da(s) ficha(s) a que se refere, extraída nos termos do artigo 19 § 1.º da lei 6015 de 31 de Dezembro de 1973. Dou fé. Iturama(MG), 1.º de março de 2018.

[assinatura]
Virma Morimotta Assis dos Santos - Oficial

Levy - Estação Gomes
serventia

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Ofício de Registro de Imóveis de Iturama
Número ordinal do ofício 03440401-27

Selo Eletrônico Nº BWG80149
Cód. Seg.: 4905395072582122

Quantidade de Atos Praticados: 3
Emol: R\$48,27 Rec.: R\$2,98 Tx Fisc: R\$ 18,06 Total: R\$69,31
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>.



SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS

Rua Ribeirão São Domingos, 653
Virma Morimotta Assis dos Santos
Oficial
CEP 38280-000 - ITURAMA - Minas Gerais

EMOLUMENTOS

(Lei Estadual nº 15.424/04 e
Portaria nº 1.856/CGJ/2011)
Emolumentos R\$ 17,05
Tx. de Fisc. Jud. R\$ 6,02
TOTAL R\$ 23,07



PREFEITURA DE ITURAMA

CNPJ 18.457.242/0001-74



MEMORIAL DESCRITIVO

Para fins de demonstração do **Lote 30, da Quadra 11, Residencial Bella Vista**, nesta Cidade de **Iturama-MG**, constante da **Matrícula 39.385** do SRI Local.

Área _____ 9,00 x 20,00 = 180,00 m²

Medidas e Confrontações: Terreno sem benfeitorias, localizado a 50,30 metros do cruzamento do alinhamento predial da Rua "E" com a Avenida Renan Matias de Almeida, medidos na dita avenida, medindo **9,00 metros** de frente para o lado ímpar da Avenida Renan Matias de Almeida, igual medida aos fundos confrontando com o lote 11; De um lado medindo **20,00 metros** confrontando com o lote 31, igual medida do outro lado confrontando com o lote 29, perfazendo um total de **180,00 m²**.

Iturama-MG, 28 de fevereiro de 2.018.



R.T.: Sebastião Firmino Ferreira
CREA: 5060271340/TD-SP
Visto: 13845-MG

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Nós, abaixo assinados, Membros da Comissão de Avaliação, nomeados pelo Prefeito Municipal através da Portaria n.º 14 datada de 28 de março de 2017, procedemos, atendendo a solicitação do Secretário Municipal de Governo, a avaliação de um imóvel urbano, sem benfeitorias, formado pelo **Lote 30 da Quadra 11, Residencial Bella Vista**, constante da **Matrícula 39.385** do SRI local, nesta Cidade de **Iturama-MG**, conforme descrição abaixo:

Proprietário: **MUNICÍPIO DE ITURAMA (CNPJ: 18.457.242/0001-74)**

1) ASPECTOS DA LOCALIZAÇÃO:

O imóvel objeto desta avaliação está situado na Avenida Renan de Almeida Matias, no Residencial Bella Vista, nesta Cidade de Iturama-MG.

A região apresenta acesso facilitado através da Avenida Dr. Pedro de Paula, passando pelo Bairro Santa Rosa e Residencial José Anselmo de Freitas.

2) DO TERRENO:

O terreno possui frente ao nível do logradouro para o qual entesta, desenvolvendo topografia alinhada ao longo de toda a sua extensão, com solo aparentemente seco e de boa consistência, dotado de toda a infraestrutura necessária para o embasamento de construções, com as seguintes medidas e confrontações: localizado a 50,30 metros do cruzamento do alinhamento predial da Rua "E" com a Avenida Renan de Almeida Matias, medidos na dita avenida, medindo **9,00 metros** de frente para o lado ímpar da Avenida Renan Matias de Almeida, igual medida aos fundos confrontando com o lote 11; De um lado medindo **20,00 metros** confrontando com o lote 31, igual medida do outro lado confrontando com o lote 29, perfazendo um total de **180,00 m²**.

3) DO VALOR RESULTANTE DA AVALIAÇÃO:

3.1) Valor do Terreno:

Área do Terreno	Valor Total
180,00 m²	R\$ 27.000,00

3.2) APURAÇÃO FINAL

O imóvel foi avaliado em **R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)**.

4) DISPOSIÇÕES FINAIS

Como se observa, levando em consideração a atual conjuntura do mercado de imóveis em Iturama-MG., apresentamos o presente laudo, discriminando individualmente cada aspecto.

Iturama-MG, 28 de fevereiro de 2018.

Marco Túlio de Agostini
Engenheiro Civil
CREA/MG 5063673922

Robson Marcelo Pereira de Souza
Avaliador Imobiliário
CNAI/MG 04620

Divino Filho Borges

Secretário Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Comarca de ITURAMA - MG

TABELIONATO S. LIMA - REGISTRO CIVIL

Bel. Elizene Silva Lima
Oficial

Ana Silva Lima Mendonça
Oficial Substituta

Fone: (34) 3411-0858 - Fax: 3411-2360 - CEP 38.280.000

CASAMENTO nº 2.367

CERTIFICO que, às fls 044 e vº do livro B/17, em
10/julho/2.004, foi registrado o assento do Casamento de:

RENATO SILVA

e NEURIDES DE SÁ PEREIRA

Ele, brasileiro, solteiro, encarregado de seção, nascido em
Iturama/MG, a 22/junho/1.982, residente e domiciliado em São
Paulo/SP, filho de José Humberto Bernardes da Silva, pedreiro
e Arilene Maria de Jesus Silva, do lar, brasileiros.

Ela, brasileira, solteira, balconista, nascida em Floresta/PE, a
08/agosto/1.978, residente e domiciliada em São Paulo/SP,
filha de Manoel Marcolino Pereira, motorista e Maria das
Graças de Sá Pereira, costureira, brasileiros

Adotaram o Regime: **COMUNHÃO PARCIAL DE BENS**

Os contraente em virtude do casamento passam a assinar:

RENATO SILVA (sem alteração)

e NEURIDES DE SÁ PEREIRA SILVA

Obs: Ato realizado 10/julho/2.004.

O referido é verdade e dou fé.

Iturama/MG, 10 de julho de 2.004.

Oficial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
RENATO SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR UF
12527954 SSP MG

CPF
051.757.096-31 DATA NASCIMENTO
22/06/1982

FILIAÇÃO
JOSE HUMBERTO
BERNARDES DA SILVA
ARILENE MARIA DE JESUS
SILVA

PERMISSÃO ACC CATHAB

Nº REGISTRO
02697775865 VALIDADE
22/12/2019 1ª HABILITAÇÃO
11/06/2003

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO TITULAR
Renato Silva

LOCAL
ITURAMA, MG DATA EMISSÃO
26/12/2014

ASSINATURA DO EMISSOR
Anderson Alcântara Silva Melo
89721413206
MG465116809

DETRAN - MG (MINAS GERAIS)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1032272396

PROIBIDO PLASTIFICAR
1032272396





Parecer Técnico Social

Evidenciou-se através de visita domiciliar que o **Sr. Renato Silva**, enquadra nos critérios previstos na Lei Municipal nº 3.632/2007 para doação de um lote residencial.

Portanto coloco o presente parecer social a apreciação do setor responsável para que decida o que for de direito.

Informamos que o instrumental social detalhado do beneficiário encontra-se na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, **conforme Lei nº 8662/93** do Código de Ética do Assistente Social, **Art. 15º**. Constitui direito do assistente social manter sigilo profissional.
Objeto jurídico: a defesa e proteção da intimidade do usuário do Serviço Social.

É o parecer.

Iturama, 01 de Março de 2014.



Dilaine V. M. Pacheco
ASSISTENTE SOCIAL
CRESS-MG Nº 8135

Assistente Social





CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI Nº 23/2018.

O Projeto de Lei nº 23/2018, de autoria do Poder Executivo, em análise por essa Procuradoria Geral, visa doar imóvel do município em favor de Renato Silva.

É de exclusiva competência do Poder Executivo propor projeto desta natureza.

Acerca do tema vejamos o artigo 109, inciso I e artigo 110, § 1º, todos da Lei Orgânica Municipal. Transcrevo:

Art. 109. A alienação de bens municipais, subordinada a existência de interesse público, devidamente justificada será sempre precedida de avaliação e obedecerá a seguinte norma:

I- quando imóveis, dependerá da autorização legislativa e concorrência pública, dispensada esta nos casos de doação e permuta;

Art. 110. O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens e imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º A concorrência poderá ser dispensada, por lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público devidamente justificado.

De acordo com o artigo supra o melhor instrumento seria a concessão de direito real de uso.

A alínea “f”, inciso I, e parágrafos 4º e 5º do art. 17 da Lei nº 8.666/93, trata do tema, transcrevo:

Art. 17. A alienação de bens da administração pública, subordinada à existência de interesse público, devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I- quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

Necessita de três requisitos essenciais a seguir:

1º. Existência de interesse público justificado (art. 17, caput, do aludido diploma legal);

2º. Autorização legislativa; e

3º. Avaliação prévia (art.17, I).

§ 4º A doação com encargo será licitada e de seu instrumento constarão, obrigatoriamente, os encargos, prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato, sendo dispensada a licitação no caso de interesse público devidamente justificado.

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em 2º grau em favor do doador.

No que concerne ao projeto de lei em si, o interesse público relevante e a existência prévia de lei, são os pressupostos indispensáveis para a realização de doação de bem imóvel, como propõe o Poder Executivo.

Ainda necessária cláusula de reversão e no caso de oferecer imóvel em garantia de financiamento a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em 2º grau em favor de doador. Observa-se que os requisitos supra estão previstos no projeto em apreço.

Entretanto, José dos Santos Carvalho Filho, lembrando o magistério de Hely Lopes Meirelles, anota que:

A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. Embora não haja proibição constitucional para a doação de bens públicos, a Administração deve substituí-la pela concessão de direito real de uso, instituto pelo qual não há perda patrimonial no domínio estatal. Pode ocorrer que a legislação de determinada pessoa de direito público proíba a doação de bens públicos em qualquer hipótese. Se tal ocorrer, deve o administrador observar a vedação instituída para os bens daquela pessoa específica.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

A meu ver o mais viável seria a concessão de direito real de uso. Porém a atribuição de verificar o interesse público é atribuição dos edis da casa. Assim o que subscreve este parecer somente verifica a legalidade do projeto.

É regra pacificamente adotada a de que não pode haver doação de imóveis públicos sem a previsão de encargos de interesse público a serem cumpridos pelo donatário com prazo determinado em lei, sob pena de reversão ou retrocessão do bem ao poder público.

O artigo 4º deveria ser alterado fazendo constar se a qualquer momento desviar da finalidade não haverá indenização.

Pela matrícula do imóvel verifica-se que o Município não é proprietário do mesmo.

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças Justiça e Legislação e Comissão de Orçamento e Tomada de Contas.

Ressalta-se, por fim, que o quorum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento e acatem o presente parecer, é de **2/3 (dois terços)**, conforme preleciona o art. 263, XI do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovados nas Comissões Permanentes.

Contudo, cabe explicitar que tal parecer não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama – MG, 02 de abril de 2018.

Dr. David Tribioli Corrêa
Advogado



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

FICHA DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 23/2018

AUTOR: PODER EXECUTIVO

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DOAR O IMÓVEL URBANO SEM BENFEITORIAS QUE MENCIONA, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO FACE AO INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DATA DE RECEBIMENTO:

ANALISADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA EM:

PARECER: ANEXO.

ENTREGUE À COMISSÃO:

FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO EM 02/10/2018

PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER: ____/____/2018

ASSINATURA DO PRESIDENTE: _____

ENTREGUE AO RELATOR EM 02/10/2018

ASSINATURA DO RELATOR: _____

ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS EM 02/10/2018

PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER: ____/____/2018

ASSINATURA DO PRESIDENTE: _____

ENTREGUE AO RELATOR EM 02/10/2018

ASSINATURA DO RELATOR: José Carlos Amaral

ORDEM DO DIAS DAS REUNIÕES **VISTO DO PRESIDENTE**

6ª Reunião Ordinária EM 02/10/2018 _____

EM ____/____/2018 _____



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº 23/2018 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DOAR O IMÓVEL URBANO SEM BENFEITORIAS QUE MENCIONA, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO FACE AO INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

COMISSÃO: FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 23/2018, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser favorável como esta redigido, somos pelo parecer da matéria em apreciação que preenche os requisitos da constitucionalidade e da legalidade, no seu texto original.**

Câmara Municipal, em 13 de abril de 2018

Presidente: Dr. Sérgio Aparecido Alves Bento

Vice-Presidente: Ricardo Oliveira de Freitas

Relator: Nivaldo Alves Ferreira

Aprovado em <u>13</u> de <u>abril</u> de 2018
Por <u>unanimidade</u>
Saída das Sessões em <u>02</u> de <u>04</u> de 2018
O Presidente <u>[assinatura]</u>



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº 23/2018 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DOAR O IMÓVEL URBANO SEM BENFEITORIAS QUE MENCIONA, COM DISPENSA DE LICITAÇÃO FACE AO INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

COMISSÃO: ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 23/2018, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser favorável a aprovação no mérito do projeto como se encontra redigido.**

Câmara Municipal, em 02 de abril de 2018

Presidente: Carlos Alberto Corrêa da Silva - Carlito

Vice-Presidente: Ana Lúcia Menezes Santos

Relator: Fabrício Adão Dias Amaral

Aprovado em <u>1ª</u> discussão
Por <u>unanimidade</u>
Sala das Sessões em <u>02/04/2018</u>
O F. <u>[assinatura]</u>